



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESCOLA DE GESTÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA
PROFESSORES DO SISTEMA PRISIONAL**

FABIENE ALVES COUTINHO

**DIFICULDADES NA LEITURA: UM ESTUDO COM AS DETENTAS EDUCANDAS
DO I SEGMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO INSTITUTO
PENAL FEMININO DES.^a AURI MOURA COSTA EM AQUIRAZ/CE**

FORTALEZA

2012

FABIENE ALVES COUTINHO

**DIFICULDADES NA LEITURA: UM ESTUDO COM AS DETENTAS EDUCANDAS
DO I SEGMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO INSTITUTO
PENAL FEMININO DES.^a AURI MOURA COSTA EM AQUIRAZ/CE**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para Professores do Sistema Prisional da Universidade Federal do Ceará, como Requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos.

Orientador: Prof^a. Ms. Rejane Mary
Moreira.

FORTALEZA

2012

FABIENE ALVES COUTINHO

**DIFICULDADES NA LEITURA: UM ESTUDO COM AS DETENTAS EDUCANDAS
DO I SEGMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS- NO INSTITUTO
PENAL FEMININO DES.^a AURI MOURA COSTA EM AQUIRAZ/CE**

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, bem como na biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização (EGPR/SEJUS). A citação de qualquer parte ou trecho deste texto só será permitida desde que feita em conformidade com as normas da ética científica.

Orientador: Prof^a. Ms. Rejane Mary
Moreira

Aprovada em ____/____/____.

Prof^a. Ms. Rejane Mary Moreira
Orientadora

Fabiene Alves Coutinho
Orientanda

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola
Coordenador do Curso

Prof^a Dr^a Maria José Barbosa
Coordenadora Pedagógica

À minha mãe, pelo o amor e dedicação para comigo, por ter sido a peça fundamental para que eu tenha me tornado a pessoa que hoje sou e os meus irmãos pelo carinho e apoio dispensados em todos os momentos que precisei.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado força e iluminado meu caminho para que pudesse concluir mais uma etapa da minha vida.

A minha mãe Sra. Eligia, por ser tão dedicada e amiga, por ser a pessoa que mais me apoia e acredita na minha capacidade. Meu agradecimento pelas horas em que ficou ao meu lado não me deixando desistir e me mostrando que sou capaz de chegar onde desejo, sem dúvida foi quem me deu o maior incentivo para conseguir concluir esse trabalho.

Ao meu pai o Sr. José Magmaon (*in memorian*), por todo amor e dedicação que sempre teve comigo, homem pelo qual tenho maior orgulho de chamar de pai.

Aos meus irmãos André e Giovanni, pelo carinho e atenção que sempre tiveram comigo, em especial ao meu irmão André a quem considero um segundo pai, por ter sido tão dedicado em minha criação, sempre me apoiando em todos os momentos, enfim, por todos os conselhos e pela confiança em mim depositada meu imenso agradecimento.

As amigas que fiz durante o curso, pela verdadeira amizade que construímos em particular aquelas que estavam sempre ao meu lado (Aliny, Patrícia, Rejane e Izabel) por todos os momentos que passamos durante este curso. Sem vocês essa trajetória não seria tão prazerosa.

A minha orientadora, professora Rejane, pelo ensinamento e dedicação, proporcionando à concretização desse trabalho monográfico.

A todos os professores do Curso de Especialização de Educação de Jovens e Adultos do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará, pela paciência, dedicação e ensinamentos disponibilizados nas aulas, cada um de forma especial contribuindo para a conclusão desse trabalho e consequentemente para meu aperfeiçoamento profissional.

RESUMO

O tema da presente monografia foi: Dificuldades na leitura : Um estudo com as detentas do I segmento da educação de jovens e adultos no Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa em Aquiraz/ Ce. Teve como objetivo geral foi: Identificar as dificuldades no processo de aprendizagem da leitura pelas educandas do I segmento da Educação de Jovens e Adultos no Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa e como problema de pesquisa: Quais as dificuldades encontradas pelas educandas da Educação de Jovens e Adultos do I segmento do Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa no processo de aprendizagem da leitura? Somente através da educação ainda que tardia que o ser humano pode conseguir transformações significativas em sua vida social e profissional. A Educação de Jovens e Adultos tem sua realidade, onde cada educando tem sua carga de conhecimento e suas experiências de vida adquiridas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória. Nos procedimentos foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e foram realizadas durante as aulas ministradas no interior da unidade prisional. As categorias encontradas na pesquisa foram: abandono dos estudos, dificuldades na leitura, importância da leitura e continuidade dos estudos quando estiver em liberdade. Conclui-se que embora muitas das educandas entrevistadas tenham consciência da necessidade dos estudos, algumas estão frequentando as aulas pela remição da pena ou até mesmo para o tempo passar mais rápido no cárcere.

Palavras-chave: Eja, Educação. Dificuldade na aprendizagem.

LISTA DE LUSTRAÇÕES

Figura 1	- Quantidade de pessoas estudando.....	32
----------	--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Palavras - chave e os principais aspectos de cada categoria	34
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Planilha das educandas entrevistadas	27
---	----

LISTA DE FOTOS

Foto 1 -	Educandas no momento da formação de palavras com o uso do alfabeto móvel.....	34
Foto 2 -	Educanda formando palavras com o uso do alfabeto móvel.....	34
Foto 3 -	Educandas com atividades de leitura e escrita.....	35
Foto 4 -	Educandas no momento da construção e reconstrução de palavras através do alfabeto móvel.....	35
Foto 5 -	Educandas na formação de nomes próprios com o alfabeto móvel.....	36
Foto 6 -	Educadora orientando o uso do alfabeto móvel na formação de palavras.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPECE	Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação
LEP	Lei de Execução Penal
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PNLA	Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O ANALFABETISMO NO BRASIL.....	15
2.1	O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	20
2.2	AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	22
2.3	O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NO CÁRCERE.....	25
2.4	A REMISSÃO DA PENA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO DE ACORDO COM A LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	28
3	SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA.....	30
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
	REFERÊNCIAS.....	45
	APÊNDICES.....	48

1 Introdução

A prática da leitura se faz presente a partir do momento em que o ser humano começa a compreender o mundo em que vive. No constante desejo de decifrar e interpretar o sentido das coisas que os cercam, de perceber o mundo sob diversas perspectivas, de relacionar a realidade ficcional com a vivência, no contato com um livro, enfim, em todos estes casos, de certa forma, lendo, embora, muitas vezes, não tenha essa percepção de consciência.

Nesse sentido entende-se que a leitura forma cidadãos com senso crítico e seletivos em busca de um melhor aprendizado e oportunidades profissionais no decorrer da vida.

O ato de ler então torna-se uma necessidade concreta para a aquisição de significados e, conseqüentemente, de experiências nas sociedades onde a escrita se faz presente. Porém para esse ato ser qualificado de crítico, deve envolver a constatação, reflexão e transformação de significados a partir do diálogo e confronto de um leitor com um determinado documento, pois a leitura sem compreensão é pura e simplesmente uma ação mecânica.

Conforme observa Freire (1983, p. 2):

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

De acordo com os resultados da última edição do Indicador do Analfabetismo Funcional (INAF), de dezembro de 2011 e abril de 2012, mostraram que apenas 26% da população brasileira pode ser considerada alfabetizada. Embora o Ministério da Educação vem realizando há quase uma década, um programa chamado Programa Brasil Alfabetizado, voltado para a alfabetização de jovens, e adultos tendo, também, como objetivo incentivar a continuidade da escolaridade em todo o país, principalmente nas regiões Norte e no Nordeste Brasileiro, priorizando os municípios cuja taxa de analfabetismo é igual ou superior a 25%.

Algumas áreas como a sociologia, filosofia e psicologia, contribuíram para uma melhor compreensão e existência da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Sociologia da Educação procura estudar o homem e suas formas de organização e relação social, bem como os momentos históricos da realidade cultural, política, social e econômica.

A Educação de Jovens e Adultos tem sua realidade, onde cada educando tem sua carga de conhecimento e suas experiências de vida adquiridas. Desse modo, existe a necessidade de conhecer cada aluno adulto para que o processo de ensino e de aprendizagem se efetive.

Freire (2002 p.25) relatou que:

A educação de jovens e adultos na atualidade tenta aprofundar sua história, e dar conta de sua gênese para compreender melhor sua situação presente, é uma busca conjunta entre professor e aluno na formação de palavras e temas mais significativos da vida do aluno, familiarizando a partir do seu vocabulário cotidiano.

O presente estudo realizou-se ocorreu com as detentas (em regime fechado) educandas da Educação de Jovens e Adultos do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa em Aquiraz no Ceará.

O cárcere é difícil para todo mundo, quer seja para quem está detento de sua liberdade, quer seja para os familiares envolvidos, e o ato de estudar na prisão não é tarefa simples, no entanto enfrenta e consegue permanecer por acreditar na chance de ressocialização, ou seja, de conviver em sociedade.

A reabilitação do indivíduo requer a supressão do ser e não um empreendimento próprio para a sua formação enquanto sujeito, tendo sua primazia centrada na aceitação da situação vivenciada, e estando, portanto, as possibilidades de mudança fora de seu alcance num determinado momento.

Nesse contexto observa-se que as educandas que estudam tem uma relação de preservação, cuidado e carinho com o espaço físico da escola e da biblioteca. Demonstram encontrar na educação uma forma de ocupar o tempo, enquanto privadas de liberdade.

Partindo desses argumentos expostos anteriormente surgiu a seguinte indagação como problema de pesquisa: Quais as dificuldades encontradas pelas

educandas da Educação de Jovens e Adultos do I segmento do Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa no processo de aprendizagem da leitura?

O objetivo geral foi identificar as dificuldades no processo de aprendizagem da leitura pelas educandas da Educação de Jovens e Adultos do I segmento no Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa e como específicos foram pesquisar os principais aspectos que interferem no processo de aprendizagem da leitura das educandas; identificar as principais dificuldades na aprendizagem da leitura relatadas pelas educandas.

Compreende-se que o ensino da leitura deve ser entendido como prática de um sujeito agindo sobre o mundo para transformá-lo e, através dessa ação, afirmar a sua liberdade e fugir à alienação.

A metodologia do estudo adotada foi a pesquisa exploratória, pois pretendeu contribuir com a evolução dos conceitos já existentes na literatura e apresentar uma maior compreensão a respeito das dificuldades na leitura encontradas pelas educandas do I segmento da Educação de Jovens e Adultos no Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa em Aquiraz/CE. Segundo Gil (1989): “a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com o intuito de torná-lo mais explícito.”.

A monografia está estruturada em quatro seções, incluindo a introdução e conclusão:

- Na seção 2 apresenta-se a fundamentação teórica que serviu como base para o roteiro das entrevistas realizadas na monografia. Esta seção possui cinco subseções que são: A Educação de Jovens e Adultos e o Analfabetismo no Brasil; O Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos; As Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos; O desafio da educação no cárcere; A remissão da pena através da educação de acordo com a lei de execução penal.

- Na seção 3 é apresentada a sistematização e análise da pesquisa que cumpre o seu papel ao expor minuciosamente os métodos e as técnicas adotadas em todas as etapas exploradas ao longo do trabalho, bem como os resultados encontrados a partir das entrevistas realizadas neste trabalho. Ao final serão

apresentadas conclusões, limitações e recomendações, referências bibliográficas e apêndices.

2 A Educação de Jovens e Adultos e o Analfabetismo no Brasil

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino, amparada por lei e destinada para pessoas que por algum motivo, não tiveram acesso, ao ensino regular na “idade adequada” e de algum modo tentam recuperar parte dos estudos.

Em meados de 2003, o MEC divulgou como uma prioridade a educação de jovens e adultos com a criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, lançando o Programa Brasil Alfabetizado com vistas a formação de alfabetizadores e a Alfabetização de jovens e adultos.

A partir do momento que o indivíduo encontra-se inserido na sociedade passa a estabelecer de forma automática relações pessoais com os demais indivíduos com os quais trabalham ou convivem.

O professor tem fundamental papel no reingresso do aluno às turmas de EJA. Por isso, ao lecionar na EJA deve, também ter formação para essa modalidade. O desempenho do professor da EJA é muito importante para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto que vê seu professor como um modelo a seguir, motivando-o a dar continuidade aos estudos.

No Nordeste, houve a maior redução da taxa de analfabetismo infantil, atingiu o percentual de 32,7%, em 1992, para 19,9% em 2007. (VASQUEZ, 2008).

Ainda segundo a autora, apesar do estado ter ainda ter 1, 561 milhão de analfabetos em 2007 no Ceará e ter diminuído a quantidade de alunos em salas de aula, tanto a taxa de alfabetização como a de escolarização no Estado cresceram nos últimos anos.

A taxa de analfabetismo de jovens e adultos no Estado do Ceará de acordo com os dados do IPECE referente ao ano de 2005 está em torno de 22,58%, correspondendo a um número total de 72.124 indivíduos analfabetos. Desse número 62,4% corresponde a população adulta e 11,3% corresponde a população de jovens. (MATTOS, et al, 2012).

De acordo com Vasquez (2008), a taxa de escolarização da população cearense entre as crianças de quatro anos ou mais de idade passou, segundo a pesquisa, de 84,7%, em 2006, para 85,8%, em 2007, quando 1,546 milhão de alunos na faixa etária de seis a 14 anos estavam nas salas de aula das escolas do Ceará.

Em seus primeiros anos, o educando aprenderá tudo aquilo que lhe servirá de base para o seu desenvolvimento educacional, a leitura e a escrita. O período de alfabetização é considerado a essência do ensino escolar. Onde a relação professor-aluno deve ser satisfatória e compensatória buscando resultados positivos e mais que isso qualitativo a vida do aluno.

A figura a seguir demonstra que de 2006 para 2007, a taxa de analfabetismo no País passou de 10,4% para 10,0%, que representa cerca de 14,1 milhões de analfabetos com 15 anos ou jovens e adultos [...] apesar dessa redução significativa, o Nordeste registra ainda a maior taxa dentre todas as regiões (19,9%), seguido pela região Norte com 10,8%. As menores taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foram observadas no Sudeste (5,7%) e na Região Sul (5,4%). (VASQUEZ, 2008).

Figura 1 – Quantidade de pessoas estudando

ALFABETIZAÇÃO							
Quantidade de pessoas estudando							
Ceará	Estudantes de 4 anos ou mais de idade						
	Total	Grupos de Idade					
		4 ou 5 anos	6 a 14 anos		15 ou 17 anos	18 ou 24 anos	25 anos ou mais
			Total	7 a 14 anos			
2006	2761	254	1503	1351	402	340	262
2007	2731	234	1545	1389	388	334	230
Unid. da Federação		2007					
Brasil	56314	4157	30483	27633	8430	7361	5883
Acre	248	14	140	126	33	31	29
Amazonas	1336	93	729	664	193	168	153
Roraima	156	12	82	75	21	21	20
Pará	2479	183	1393	1264	364	316	223
Amapá	249	16	132	122	35	41	25
Tocantins	468	35	252	227	70	67	45
Maranhão	2239	206	1234	1113	350	261	188
Piauí	1006	67	533	485	153	148	105

FONTE: IBGE, DIRETORIA DE PESQUISAS, COORDENAÇÃO DE TRABALHO E RENDIMENTO, PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS 2006 - 2007.

O IPECE registrou em suas pesquisas uma redução do número de jovens analfabetos, decorrente do processo de universalização do acesso a educação. Pois tem aumentado significativamente a demanda pelos programas da EJA por um público bem diversificado, cujo perfil vem mudando em relação ao comportamento, às expectativas e à idade desse aluno. (MATTOS, et al, 2012).

Embora no país como um todo a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade tenha se reduzido de 13,63% em 2000 para 9,6% em 2010, ainda chega a 28% nos municípios com até 50 mil habitantes na região Nordeste. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Ainda segundo o instituto, no caso do analfabetismo de jovens e adultos, a situação da região Nordeste era também preocupante, na medida em que mais de ½ milhão de pessoas de 15 a 24 anos de idade (502.124) declararam que não sabiam ler e escrever. Na região do Semiárido a taxa de analfabetismo também foi bem mais elevada do que a média obtida para o país, mas teve uma redução de 32,6%, em 2000, para 24,3%, em 2010. Entre os analfabetos residentes nessa região, 65% eram pessoas maiores de 60 anos de idade.

Nesse contexto observa-se a necessidade da sociedade em compreender que os alunos da EJA convivem com alguns problemas como, vergonha, discriminação, preconceito, baixa autoestima, expulsão da educação regular ou mesmo da EJA . E que tais questões são vivenciadas tanto no cotidiano familiar como na vida em sociedade, não somente do aluno adulto, mas também do adolescente.

A EJA é uma educação possível e capaz de mudar de modo significativo a vida de uma pessoa, permitindo-lhe reescrever uma nova versão na sua história de vida.

Quando um adulto está passando pelo processo de alfabetização, aprender a escrever o seu próprio nome é o que almeja em primeiro lugar para, a partir daí, não sofrer mais a humilhação de ter sua impressão digital no lugar da assinatura, uma marca evidente do estigma de inferioridade atribuída ao analfabeto. De acordo com os estudos realizados, não saber ler e escrever é, como outras marcas distintivas da pobreza, um símbolo da condição de subalternidade. (MASHIBA; ROSA, 2011).

“Na população, em geral, o analfabeto é identificado com aquele que responde NÃO quando indago sobre leitura e escrita.” (PRUKS, 1990). Mashiba; Rosa (2011) postularam que:

Quando conversamos com pessoas jovens e adultas que não sabem ler ou escrever, o analfabetismo não é percebido como expressão de processos de exclusão social ou como violação de direitos coletivos. O analfabetismo é, por estas pessoas, percebido como uma experiência individual de desvio ou fracasso, que provoca situações de discriminação e humilhação, vividas com grande sofrimento e, muitas vezes, acompanhadas por sentimentos de culpa e vergonha.

A sociedade de modo geral geralmente considera o analfabeto um ser ignorante que carece dos meios necessários à distinção entre o certo e o errado e essa condição provocam sentimentos inferiores e de frustração.

O papel do professor está intimamente ligado à transmissão de certo conteúdo que é predefinido e que constitui o próprio fim da existência escolar (MIZUKAMI, 1986 p.15).

Ainda segundo a autora,

“o professor deve conviver com os alunos, observando seus comportamentos, conversando com eles, perguntando, sendo interrogado por eles, e realizar, também com eles, suas experiências, para que possa auxiliar sua aprendizagem e desenvolvimento” (p. 78).

O professor tem a necessidade de conhecer e compreender o caminho percorrido da aprendizagem que o educando está experimentando naquele momento e, em função disso, identificar as possíveis atividades que permitam a ele avançar do patamar de conhecimento já adquirido, para outro mais evoluído.

É fundamental que o alfabetizador, ao dar início as atividades de ensino, tenha conhecimento prévio do grupo com o qual irá trabalhar. Esse conhecimento pode ser obtido através do cadastro dos alunos e pelo diagnóstico inicial que servirá de base para o planejamento das atividades com aquela turma específica. O objetivo primordial é tornar o processo de alfabetização democrático e participativo.

Conforme observa Coll et al (2006, p.66): “o fator mais importante mais importante que influi na aprendizagem é aquilo que o aluno já sabe.” Ainda de acordo com os autores em qualquer situação de aprendizagem, os alunos dispõem de determinadas capacidades, instrumentos, estratégias e habilidades gerais para completar o processo educativo.

Educar vai muito além de reunir pessoas adultas numa sala de aula e transmitir-lhes um conteúdo pronto. É papel do professor que atua na EJA, compreender melhor o aluno e realidade diária vivenciada por ele. Enfim, é acreditar nas possibilidades e potencialidades do ser humano, buscando sempre seu crescimento pessoal e profissional.

2.1 O Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos

Criado pelo MEC através da Resolução nº 18, de 24 de abril de 2007, o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos foi criado para distribuição, a título de doação, de obras didáticas às entidades parceiras, com vistas à alfabetização e à escolarização de pessoas com idade de 15 anos ou mais. Entidades parceiras são os estados, Distrito Federal, municípios, que estabelecem parceria com o Ministério da Educação.

Esse programa teve como objetivos : dar cumprimento ao Plano Nacional de Educação que determina a erradicação do analfabetismo e o progressivo atendimento a jovens e adultos no primeiro segmento de educação de jovens e adultos até 2011, promovendo ações de inclusão social, ampliando as oportunidades educacionais para jovens e adultos com 15 anos ou mais que não tiveram acesso ou permanência na educação básica; estabelecer um programa nacional de fornecimento de livro didático adequado ao público da alfabetização de jovens e adultos como um recurso básico, no processo de ensino e aprendizagem.

Competindo às entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado:

- h) registrar e manter atualizados todos os dados necessários à operacionalização do PNLA no Sistema do Brasil Alfabetizado;
- i) dar condições para que todos os coordenadores de turma cadastrados, em consenso com os alfabetizadores, escolham os livros;
- j) monitorar o processo de escolha dos livros, garantindo o cumprimento do prazo definido para escolha;
- k) distribuir os livros aos alfabetizandos e alfabetizadores.

Anualmente, o FNDE adquire com base na prévia do censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), os livros didáticos que serão utilizados pelos alunos das escolas públicas no ano seguinte. Apesar da projeção estatística feita pelo Inep, pode haver diferença entre o alunado estimado e as matrículas efetivamente realizadas, ocasionando falta ou sobra localizada de obras.

Os livros contribuem com a causa primária da educação escolar, que é por essência transformadora de vidas, indicando o tempo-espço da escola como

possibilidade de liberdade enquanto a cultura criada nas prisões ainda é caracterizada pela ordem, disciplina e repressão, tencionando adaptar o indivíduo ao cárcere e a nova realidade em que estão inseridos.

2.2 As Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos

As Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos foram criada com a finalidade de orientar a organização curricular das escolas que fornecem essa modalidade de ensino. O atendimento ao perfil dos educandos jovens, adultos e idosos trata-se de um referencial para sua construção. Pois são o resultado de um trabalho coletivo, processo este que requereu o envolvimento de diferentes segmentos da rede pública de ensino.

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino amparada por lei que surgiu como alternativa para pessoas que por algum motivo, não tiveram acesso, ao ensino regular na idade adequada e de algum modo tentam recuperar parte dos estudos, ainda que na idade adulta.

Nesses casos o professor assume papel principal no reingresso e continuidade do aluno às turmas de EJA. Por isso, o professor que leciona ou tenciona lecionar nas turmas da EJA deve, também, ser um professor especial, dotado de capacidade para identificar o potencial de cada educando, daí sua importância para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto que vê seu professor como um modelo a seguir, motivando-o a dar continuidade aos estudos.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, essa modalidade deve desempenhar três funções essenciais:

- Função reparadora: Um modo de fazer reparação da realidade em que se encontram, significando não só a entrada no fazer valer os direitos civis pela restauração de direito negado, mas através de um sistema educacional que venha a fornecer situações pedagógicas de modo satisfatório no atendimento das necessidades de aprendizagem específicas de cada educando jovem ou adulto, através de uma escola de qualidade ainda que tardia.
- Função equalizadora: Fornecer cobertura a trabalhadores ou ainda as donas de casa, migrantes, aposentados e encarregados, a reentrada no sistema educacional

dos que tiveram uma interrupção forçada seja por repetência, seja evasão, ou ainda pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas da vida , deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia.

No que diz respeito a igualdade de direitos e oportunidades do modo a possibilitar novas possibilidades na vida social, cultural e principalmente no mundo do trabalho. A equidade visa a igualdade na distribuição dos bens sociais nas mais específicas situações. Nessa premissa a educação de jovens e adultos simboliza um novo caminho no desenvolvimento das pessoas, nas mais diversas idades, de modo a permitir que os jovens e adultos tenham a oportunidade de atualizarem seus conhecimentos, demonstrando suas habilidades, trocando experiências e tendo acesso a novas oportunidades de trabalho e cultura.

- Função qualificadora: Referindo-se à educação permanente, embasada no caráter incompleto do ser humano, cuja capacidade de desenvolvimento e de adaptação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares.

Para poder cumprir com suas funções a educação de jovens e adultos precisa ser pensada e planejada de modo a contemplar conforme observa o parecer 11/2000 no projeto pedagógico “um modelo pedagógico próprio” que assegure na prática pedagógica , na relação professor x aluno, e no processo de ensino e aprendizagem , através da inclusão de estratégias de valorização da experiência de vida social, cultural e profissional com a finalidade de criar situações pedagógicas de modo a satisfazer as necessidades de aprendizagem de jovens e adultos.

Em seu Art. 6º as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos estabelecem ainda que cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos.

Ressalta ainda em seu parágrafo único que: a proposta pedagógica deve ser apresentada para efeito de registro e arquivo histórico.

Art. 17 – A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em:

I – ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;

II – investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;

III – desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática;

IV – utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem.

Cool et al (2006 p. 67) observaram que o ensino de um mesmo conteúdo de aprendizagem pode ser abordado com diferentes objetivos, por professores diferentes ou por um mesmo professor, em função das circunstâncias em que realiza o ensino.

2.3 O Desafio da Educação no Cárcere

A reabilitação do indivíduo requer a supressão do ser e não um empreendimento próprio para a sua formação enquanto sujeito, tendo sua primazia centrada na aceitação da situação vivenciada, e estando, portanto, as possibilidades de mudança fora de seu alcance num determinado momento. A educação, em contrapartida, busca a formação dos sujeitos, a ampliação de sua leitura de mundo, o desabrochar da criatividade, a participação na construção do conhecimento e a superação da condição de vida em que se encontra.

Embora as condições de vida no interior das empresas de reforma moral dos indivíduos sejam heterogêneas, traços comuns denotam a má qualidade de vida: superlotação, condições sanitárias rudimentares, alimentação deteriorada, precária assistência médica, judiciária, social, profissional e educacional. (ONOFRE, 2012).

Freire (1983) observou que é preciso distinguir os diferentes caminhos, considerando que o papel da escola é o de transformar vidas e que o poder na sociedade se constitui a serviço de quem está atuando.

A reabilitação do indivíduo requer a supressão do ser e não um empreendimento próprio para a sua formação enquanto sujeito, tendo sua primazia centrada na aceitação da situação vivenciada, e estando, portanto, as possibilidades de mudança fora de seu alcance num determinado momento. Sabemos que o estado não é neutro e, portanto, a educação não se distribui de forma tão democrática quanto deveria (ARANHA, 2006 P.130).

“A população carcerária apresenta características semelhantes às da população brasileira, constituída em sua maior parte de pobres e de pessoas pouco escolarizadas.” (ONOFRE, 2012).

Conforme observa Foucault (2008): “o objetivo da prisão é o de tornar os corpos dóceis e úteis; onde a instituição passou a ser uma forma de punir delinquentes, com o intuito de recuperá-los para o convívio no meio social.”

Acredita-se que o condenado ao sofrer a privação da liberdade, começa a sentir os efeitos de uma instituição com muitas regras e aprende a conviver em um ambiente contrário ao que estava acostumado.

Nesse contexto percebe-se que a pessoa aprisionada tem carências que vão além do atendimento das suas necessidades básicas, pois mesmo diante da restrição para fazer escolhas, a sala de aula contribui positivamente no resgate da autonomia, embora estejam num espaço onde as regras prevalecem com o intuito de controlar o comportamento das encarceradas nos mínimos detalhes.

A pena restritiva de liberdade tenciona causar na pessoa condenada o remorso pelo crime cometido, bem como causar de um modo geral na população a convicção de que o crime não compensa. De modo que os efeitos causados pelo encarceramento não devem ficar restritos apenas ao condenado, mas também naqueles que pensam ou tencionam em cometer algum delito.

“A prisão, enquanto instituição executora da pena restritiva de liberdade tem como missão cuidar para que os condenados não voltem a cometer crimes, estabelecendo um conjunto de normas que objetivem a transformação dos sujeitos.” (MELLO; SANTOS, 2012). Para Onofre:

Se a prisão dificulta os esforços em favor da ressocialização e, além disso, devolve para a sociedade delinquentes mais perigosos, com elevado índice de possibilidade para a reincidência, temos que admitir que as políticas de humanização, reeducação e reinserção social dos aprisionados encontram dificuldades na sua concretização. (2012 p.19).

O indivíduo condenado passa, para uma posição de perda da autonomia, característica de uma instituição total que prima pelo fechamento, mantendo os sujeitos longe do convívio social e submetendo-os ao julgo disciplinador da instituição (MELLO; SANTOS, 2012).

Toda e qualquer ação educativa deve, portanto, promover o indivíduo de modo que este venha a transformar o mundo em que está e não vindo a tornar-se mais um instrumento de ajuste à sociedade.

“As regras estabelecidas no sistema prisional já se constituem como causador de efeitos; basta lembrar que o sujeito condenado ao entrar na instituição prisional é imediatamente separado de seu convívio familiar e de seus objetos pessoais.” (MELLO; SANTOS, 2012).

“O delito que os levou à prisão é parte dessa história, e nem sempre é isto que desejam associar às suas vidas e às identidades que constroem no espaço

a que estão restritos. Saber que todos foram praticantes de delito é muito pouco para reduzir a isto o trabalho pedagógico.” (JULIÃO, 2007).

É necessário que o homem, ao tomar consciência da sua realidade, procure refletir sobre a mesma de modo a comprometer-se em torná-la melhor aceitando que a atividade educativa a ser desenvolvida visa a libertação dos homens ou a sua domesticação.

“Tanto na prisão, como fora dela, as escolas para jovens e adultos precisam ser, sempre, diferenciadas.” (JULIÃO, 2007).

“Os aprisionados apontam variadas motivações para o exercício de atividades dentro das prisões: ocupação do tempo ocioso, recursos indispensáveis à sobrevivência, benefícios de redução da pena, maior liberdade de circulação.” (ONOFRE, 2012).

A educação fornecida dentro das prisões pode e deve contribuir para a melhoria de vida dos encarcerados, pois muitas vezes o aprisionado busca o diálogo ou ainda o resgate da sua identidade, valorizando os momentos de aprendizagem e encontrando naquele espaço uma oportunidade para reconstruir sua história.

Freire (1995) observou que: “o homem ao se encontrar preso tem a oportunidade para um novo recomeço e tornar-se uma pessoa melhor através da prática educativa”.

Nesse sentido, observa-se a importância da educação nos presídios, como uma oportunidade de recomeço na vida do detento, para reflexão de seus atos, como para a remição.

2.4 A Remissão da Pena Através da Educação de Acordo Com a Lei de Execução Penal

O tema educação é entendido na Lei de Execução Penal de modo distinto entre os diversos estados brasileiros. Enquanto uns estados quase nada fazem nesse sentido, outros estados tem feito relevantes investimentos na implementação de políticas e ações incentivando a educação como prática na execução penal.

Além das regras impostas nas prisões, existem outros mecanismos que primam pela transformação dos sentenciados, como a escola e o trabalho. Atualmente em muitas penitenciárias brasileiras ocorrem processos educativos via escola e trabalho, com o objetivo de dar aos sentenciados a formação educacional requisitada pela sociedade. Estes são direitos garantidos pelos presos previstos pela Lei de Execução Penal⁴ que prevê no art. 17 – A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado (MELLO; SANTOS, 2012).

Compreende-se que a educação como programa de reinserção social na política pública de execução penal é um assunto ainda em debate. Reduzidas são as discussões que vêm sendo implementadas nesta direção. Poucos são os estados que reconhecem sua importância no contexto político da prática carcerária. (JULIÃO, 2007).

De modo geral, observa-se que fora ou dentro das prisões, as escolas destinadas a jovens e adultos precisam ter um incentivo maior para diferenciá-las. Principalmente no que diz respeito a diversidade, as expectativas que trazem consigo no retorno aos estudos e as histórias de vidas que cada um traz consigo.

Muitas políticas, na atualidade, vêm incorporando os acervos literários a projetos de Educação de Jovens e Adultos e, nos espaços prisionais, essa começa a ser uma iniciativa louvável, embora enfrente, do mesmo modo que o direito à escolarização, resistências por parte de pensamentos e gestores conservadores, para os quais o direito à leitura é um privilégio, não digno para privados de liberdade. (JULIÃO, 2007).

Em junho de 2011, entrou a vigor a Lei 12.433/11 , visando criar a redução da pena para os detentos que estudam, mudando a forma de cálculo da redução da pena. Segundo Canário :

A nova lei altera o artigo 128 da LEP. Antes, o artigo previa: "o tempo remido será computado para concessão de livramento condicional e indulto", e o entendimento era de que o tempo de remição deveria ser descontado do restante da pena que se tinha pela frente. Por exemplo, se alguém condenado a um ano de prisão conseguia diminuir sua condenação em um mês, passava a cumprir 11 meses. (2011).

De acordo com o Art. 126. da referida Lei, o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1o A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de: I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho. § 2o As atividades de estudo a que se refere o § 1o deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados. § 3o Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem. § 4o O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição. § 5o O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação. § 6o O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1o deste artigo. § 7o O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar. § 8o A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa. (BRASIL, 2011).

Embora muitas detentas do Instituto Penal feminino Des^a Auri Moura Costa, reconheçam a necessidade dos estudos e da leitura, observa-se que algumas frequentam a escola apenas para a remissão da pena, não manifestando, porém maior interesse em prosseguir com os estudos quando estiverem em liberdade.

Todas as entrevistas foram realizadas no Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa, foi fundado em agosto de 1974 e localizava-se no bairro Jacarecanga em Fortaleza, somente em 2000 foi construído em Aquiraz onde funciona atualmente, que atualmente abriga 398 detentas, sendo que 18 são estrangeiras.

3 Sistematização e Análise da Pesquisa

De acordo com Gil (1989): “uma pesquisa deve estar embasada em seus objetivos, bem como, analisar os fatos apresentados sob a ótica da doutrina, com base nos procedimentos técnicos adotados na pesquisa”.

A análise qualitativa apresenta características particulares específicas. Sobretudo é válida na elaboração de deduções específicas sobre determinado acontecimento ou ainda sobre uma variável de inferência precisa, e não especificamente em inferências gerais. (BARDIN, 1977).

Esse estudo trata-se de uma abordagem qualitativa, exploratória, pois pretendeu contribuir para a compreensão sobre as dificuldades na leitura encontradas pelas educandas do I segmento da Educação de Jovens e Adultos no Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa em Aquiraz/CE. Segundo Gil (1989, p. 59): “a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com o intuito de torná-lo mais explícito.”.

Os procedimentos técnicos adotados na presente monografia tencionaram contribuir com as percepções e fundamentos já propugnados por pesquisadores em relação da temática investigada e, especialmente sobre a Educação de Jovens e Adultos na prisão.

A Coleta de dados foi realizada de duas formas: a) por meio de observação direta com as educandas e seus comportamentos, buscando maior precisão na descrição do que foi observado com a finalidade de auxiliar o entendimento do leitor, foram ainda registradas algumas informações por meio de anotações de campo. b) por meio de entrevistas em profundidade sobre o assunto.

Para Selltiz (1965), a técnica adotada foi a entrevista semiestruturada com as educandas do I segmento da Educação de Jovens e Adultos no Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa em Aquiraz/CE e a observação direta do(a) entrevistador(a).

No momento em que as perguntas são realizadas e respondidas, cogita-se a oportunidade para maior flexibilidade na obtenção de informações necessárias; além disso, o (a) entrevistadora) tem oportunidade para observar a pessoa e a situação de modo geral como se apresenta.

A observação por si só não satisfaz a construção dos conhecimentos que a ciência se serve para tirar suas conclusões. (CERVO, BERVIAN; SILVA, 2007).

Ainda segundo Selltiz (1965) as entrevistas podem ser usadas em quase todos os seguimentos da população para a realização de uma determinada pesquisa; na realidade, ao contrário do que ocorre com o questionário, um problema frequente na entrevista é limitar as respostas do respondente.

A coleta de dados foi realizada durante o mês de setembro no ano de 2012 com 20 educandas que na ocasião da pesquisam frequentavam o 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos no Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa em Aquiraz no Estado do Ceará.

A tabela a seguir apresenta a relação das entrevistadas, suas respectivas idades, estado civil, local de residência antes da prisão, o tipo de residência (se própria, alugada ou construída em terreno invadido), menciona ainda o motivo da prisão, o tempo em que já estão presas e se já foram julgadas ou não.

Tabela 1 – Planilha dos educandas entrevistadas.

Nome	Idade	Est. Civil	Nº filhos	Local de residência antes da prisão	Residência	Motivo da Prisão	Tempo de Prisão	Julgada
Aluna 1	34	união estável	3	Álvaro Weyne	própria	droga	6 m	não
Aluna 2	26	mãe solteira	1	Sobral	própria	tentativa de homicídio	18 m	não
Aluna 3	25	viúva	4	Caucaia	própria	droga	12 m	sim
Aluna 4	26	Mãe solteira	3	Maraponga	alugada	assalto	37 m	sim
Aluna 5	25	União estável	0	Tancredo Neves	alugada	roubo	4 m	sim
Aluna 6	44	casada	4	Santo Amaro	própria	drogas	10 m	não
Aluna 7	49	mãe solteira	7	Pacajús	alugada	drogas	83 m	sim
Aluna 8	28	mãe solteira	2	Planalto A.Sena	própria	furtos	39 m	sim
Aluna 9	42	mãe solteira	3	Aracati	própria	drogas	5 m	não
Aluna 10	27	união estável	5	Jacarecanga	própria	drogas	5 m	não
Aluna 11	30	mãe solteira	4	Jurema	própria	homicídio	5 m	não
Aluna 12	21	solteira	0	Aquiraz	própria	drogas	33 m	sim
Aluna 13	21	solteira	0	Messejana	própria	roubo/assalto	12 m	não
Aluna 14	39	união estável	2	Papicu	própria	drogas	7 m	não
Aluna 15	19	união estável	1	Cj. Palmeira	própria	drogas	1 m	não
Aluna 16	21	solteira	0	Serrinha	própria	roubo	3 m	não
Aluna 17	22	mãe solteira	1	Pde. Andrade	própria	drogas	3 m	não
Aluna 18	23	mãe solteira	3	Pajuçara	alugada	tráfico	14 m	não
Aluna 19	27	mãe solteira	2	Cj. Palmeira	alugada	tráfico	11 m	não
Aluna 20	32	União estável	5	N.S. das Graças	própria	furto	10 m	sim

Fonte: Elaborada pela autora (2012).

Foi observado que todas as entrevistadas antes da prisão residiam tanto na capital cearense, como nos municípios mais próximos, algumas disseram residir em casas próprias ou construídas em terrenos que foram invadidos e outras afirmaram morar de aluguel antes da prisão.

As educandas entrevistadas de modo geral eram de raça parda ou negra e apenas duas não tinham filhos, pois as demais tinham entre 01 e 07 filhos e quase metade delas eram mães solteiras.

Dentre os motivos que levaram as detentas educandas a prisão foi: drogas, furtos, assaltos e homicídios foram os motivos que levaram a prisão das entrevistadas. Vale ressaltar que estas, no período da entrevista, ainda aguardavam julgamento.

A avaliação dos dados foi feita pela análise das respostas das educandas entrevistadas através de roteiro semiestruturado. As categorias apresentadas emergiram de maneira espontânea como resultado da análise das anotações de campo e das entrevistas realizadas no Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa em Aquiraz/CE.

Bardin (1977) postulou que a análise de conteúdo é considerada um conjunto de técnicas de análise das comunicações com o público entrevistado. Pois não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um instrumento único, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um amplo campo de aplicação: as comunicações.

Ainda segundo a autora (2010), a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. É um método que depende do tipo de fala que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende com o objetivo final das entrevistas, não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis.

Segundo Vergara (2005, p. 45): “a análise do discurso, tem como finalidade primordial, compreender as mensagens emitidas pelos entrevistados em seus contextos nos quais estão inseridos na ocasião da pesquisa”.

Sobre o assunto a autora complementa que os resultados obtidos pelas técnicas de análise não pode ser tomado como prova definitiva. Mas constitui de forma considerável, apesar de tudo, uma ilustração que permite fortificar, pelo menos parcialmente, com os pressupostos em questão.

As fotos que ilustram esta monografia foram reveladas pela pesquisadora.



FOTO 1 – Educandas no momento da formação de palavras com o uso do alfabeto móvel.

Fonte: Pesquisa direta



FOTO 2 – Educanda formando palavras com o uso do alfabeto móvel.

Fonte: Pesquisa direta



FOTO 3 – Educandas com atividades de leitura e escrita.
Fonte: Pesquisa direta



FOTO 4 – Educandas no momento da construção e reconstrução de palavras através do alfabeto móvel.

Fonte: Pesquisa direta



FOTO 5 – Educandas na formação de nomes próprios com o alfabeto móvel.
Fonte: Pesquisa direta



FOTO 6 – Educadora orientando o uso do alfabeto móvel na formação de palavras.
Fonte: Pesquisa direta

As situações e comportamentos descritos aqui foram decorrentes da observação direta da entrevistadora durante o mês de setembro de 2012, junto as educandas do I segmento da Educação de Jovens e Adultos no Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa em Aquiraz/CE .

A análise dos dados que revelou a existência de categorias comuns a entrevistadas que foram interpretadas como elementos característicos que sintetizam o perfil das educandas entrevistadas. As categorias encontradas foram: abandono dos estudos, dificuldades na leitura, importância da leitura e continuidade dos estudos quando estiver em liberdade.

Ao serem indagadas sobre os motivos do abandono dos estudos, as educandas apontaram vários motivos o que pode ser observado nas falas a seguir:

“trabalho, tive que trabalhar muito nova” (Aluna 1 - 34 anos)

“as drogas” (Aluna 2 - 26 anos)

“O trabalho” (Aluna 3- 25 anos)

“mau companhia” (Aluna 4-26 anos)

“a minha família” (Aluna 5 - 25 anos)

“As drogas” (Aluna 6- 44 anos)

“não conseguia aprender e por não ter um incentivo acabei abandonando os estudos” (Aluna7- 49 anos)

“As drogas” (Aluna 8 - 28 anos)

“os meus pais não tinham condições financeiras e tive que ir trabalhar para ajudar na casa” (Aluna 9-, 42 anos)

“companhias ruins” (Aluna 10 - 27 anos)

“a gravidez” (Aluna 11- 30 anos)

“mau companhia” (Aluna 12- 21 anos)

“as drogas e bebidas” (Aluna 13- 21 anos)

“gravidez” (Aluna 14- 39 anos)

“gravidez” (Aluna 15- 19 anos)

“a droga” (Aluna 16- 21 anos)

“gravidez” (Aluna 17-22 anos)

“a droga” (Aluna 18-23 anos)

“a droga” (Aluna 19-27 anos)

“casamento” (Aluna 20 - 32 anos)

Foi verificado que a droga foi o motivo recorrente nas respostas de algumas participantes. Enquanto outras preferiram culpar as companhias ou até mesmo a família pela falta de incentivo e apoio.

Na categoria abandono dos estudos, foram identificados como principais aspectos: o trabalho ainda muito jovem, conselhos indevidos, falta de concentração e paciência, dificuldade do aprendizado e na leitura.

Ao serem questionadas sobre as principais dificuldades na leitura, verifica-se que as educandas, não tiveram se quer a oportunidade de serem alfabetizadas na idade adequada, pois muitas delas ainda alegaram ainda não conhecer o alfabeto, como descreve em suas falas:

“às vezes esqueço algumas letras. Falta de atenção” (Aluna 1 - 34 anos)

“sinto dificuldade de escrever algumas palavras” (Aluna 2 - 26 anos)

“tenho dificuldade porque não conheço todas as letras” (Aluna 3- 25 anos anos)

“porque não tenho paciência de juntar as letras” (Aluna 4- 26 anos)

“as vezes tenho dificuldade de ler algumas palavras porque não tenho paciência” (Aluna 5 - 25 anos)

“dificuldade de juntar as sílabas” (Aluna 6- 44 anos)

“tenho dificuldade de juntar as sílabas e fazer a leitura” (Aluna7- 49 anos)

“tenho dificuldade de juntar as sílabas e ler a palavra” (Aluna 8 - 28 anos)

“tenho dificuldade na leitura porque não conheço as letras direito e não consigo juntar as sílabas (Aluna, 9- 42 anos)

“não consigo juntar as letras e ler a palavra, depois tenho dificuldade de ler com barulhos” (Aluna 10- 27 anos)

“no momento da leitura tenho dificuldade de juntar as letras” (Aluna 11- 30 anos)

“dificuldade de juntar as sílabas” (Aluna 12- 21 anos)

“falta de concentração, paciência e dificuldade de juntar as letras (Aluna 13- , 21 anos)

“tenho dificuldade de juntar as sílabas” (Aluna 14- 39 anos)

“juntar as sílabas e depois fazer a leitura ” (Aluna 15- 19 anos)

“tenho dificuldade de juntar as sílabas e depois fazer a leitura” (Aluna 16- 21 anos)

“minha dificuldade na leitura é porque não conheço as letras” (Aluna 17 - 22 anos)

“não consigo juntar as sílabas para formar a palavra” (Aluna 18 - 23 anos)

“não conheço as letras” (Aluna 19- 27 anos)

“não conheço juntar as sílabas e também não conheço todas as letras” (Aluna 20- 32 anos)

Dificuldades de juntar sílabas ou barulhos foram apontadas como fatores que dificultam a formação das palavras e conseqüentemente a leitura das respondentes. Leffa (1996), afirmou que abordar a leitura como o reconhecimento do mundo através de espelhos, como se oferecessem fragmentos do mundo, pois a verdadeira leitura só é possível quando se tem um conhecimento prévio desse mundo.

Já na categoria dificuldades na leitura, foram apontados: dificuldade em juntar as sílabas, desconhecimento das letras (alfabeto), foram os principais aspectos identificados a partir das entrevistas realizadas.

Alguns fatores como: ensinar a mãe ou aos netos, conforme observado pelas educandas podem ser o estímulo ou a motivação necessária para a vida de algumas, como citam:

“a leitura é importante para tudo na vida, pois através dela conseguimos algo na vida. Tenho muita vontade de aprofundar a minha leitura” (Aluna 1- 34 anos)

“a leitura é importante para mim, porque é através dela que conseguimos ser alguém na vida” (Aluna 2- 26 anos)

“a leitura é tudo de bom, porque através dela que conseguimos algo na vida” (Aluna 3- 25 anos)

“a leitura é importante para arranjar um emprego digno” (Aluna 4- 26 anos)

“a leitura pra mim é tudo de bom, porque com a leitura chegamos no ponto mais alto da vida”(Aluna 5 - 25 anos)

“a leitura é importante para sermos alguém na vida” (Aluna 6 - 44 anos)

“a leitura é importante para tudo na vida, pois uma pessoa que não sabe ler é cega” (Aluna 7- 49 anos)

“a leitura é importante, pois através dela que conseguimos algo na vida. Sem estudo não somos nada” (Aluna 8 - 28 anos)

“a leitura é importante pra tudo na vida. Principalmente no momento de assinar um documento, pegar um transporte ou até mesmo de ensinar os meus netos” (Aluna 9 - 42 anos)

“gostaria de aprender a ler para ser alguém na vida” (Aluna 10 - 27 anos)

“para melhorar os meus conhecimentos” (Aluna 11 - 30 anos)

“é bom e aprendemos mais” (Aluna 12 - 21 anos)

“aprender mais e ajudar a minha mãe aprender a ler” (Aluna 13 - 21 anos)

“a leitura é bom, principalmente na hora de assinar um documento, pegar um transporte, ler livros, enfim, pra tudo na vida precisamos da leitura” (Aluna 14 - 39 anos)

“aprender mais e principalmente para pegar um transporte, ler livros, ensinar a tarefa e assinar documentos” (Aluna 15 - 19 anos)

“a leitura é importante pra tudo, porque é através dela aprendemos alguma coisa” (Aluna 16- 21 anos)

“a leitura é importante pra aprender mais” (Aluna 17 - 22 anos)

“a leitura é importante pra tudo, pois quem não sabe ler é uma pessoa cega”
(Aluna 18 – 23 anos)

“a leitura é boa. Queria aprender a ler para ensinar as minhas filhas” (Aluna 19 - 27 anos)

“a leitura é importante para conseguir um emprego digno” (Aluna 20 - 32 anos).

A leitura é fundamental na vida do ser humano, pois desde os primórdios da civilização o homem tem a necessidade de comunicar-se com o meio em que vive. Ser alguém na vida, ter um emprego considerado digno, a partir das percepções de vida de cada um.

Ensinar a ler é criar uma atitude e esperança prévia em relação ao conteúdo que servirá de referência do texto, isto é, demonstrar ao educando que quanto mais ela prognosticar o conteúdo, maior será a sua compreensão do material explorado; é ensinar ao educando a se auto avaliar frequentemente durante o processo para detectar quando perdem o fio; é ensinar a utilização de múltiplas fontes de conhecimentos linguísticos.

A importância da leitura teve como principais aspectos: ir longe na vida (ter sucesso na vida), assinar documentos, pegar transporte, ou até mesmo ensinar os netos.

Conforme análise da importância da leitura, conclui-se que todas as entrevistadas foram unânimes em reconhecer a importância da leitura e mesmo assim, apesar dessa constatação muitas responderam que não darão continuidade aos estudos ao concluir sua pena no cárcere.

“não, preciso trabalhar para ajudar meus filhos” (Aluna 1- 34 anos)

“pretendo” (Aluna 2- 26 anos)

“pretendo, porém não tenho nenhuma documentação” (Aluna 5 - 25 anos)

“sim, tenho vontade de aprender a ler” (Aluna 9 - 42 anos)

“sim” (Aluna 10 - 27 anos)

“não” (Aluna 11 - 30 anos)

“pretendo estudar e trabalhar” (Aluna 18 - 23 anos)

O estudo tem o poder de mudar o mundo, bem como a vida das pessoas de modo digno e justo. Dar continuidade ou não ainda é uma decisão muito pessoal das educandas, embora todas reconheçam sua importância.

Na categoria continuidade dos estudos quando estiver em liberdade, foram apontados como principais aspectos impeditivos da continuidade: trabalhar para ajudar os filhos e falta de documentos que interferem na continuidade dos estudos.

A partir da análise das entrevistas com as educandas que na ocasião frequentavam o I segmento da Educação de Jovens e Adultos no Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa em Aquiraz no Estado do Ceará, bem como as categorias analisadas, estas oportunizou identificar palavras –chave, entende-se por estas palavras o que pode ser observado no quadro 1 :

Quadro 1 – Palavras-chave e os principais aspectos de cada categoria.

Categorias	Palavras - chave	Principais Aspectos
Abandono dos estudos	- Trabalho - Drogas - Álcool - Companhias ruins - Família - Falta de condições financeiras - Gravidez - Casamento	- Começou a trabalhar muito jovem - Forneciam conselhos indevidos - Falta de concentração e paciência - Dificuldade no aprendizado - Dificuldade na leitura
Dificuldades na leitura	- Falta de incentivo	- Dificuldade em juntar as sílabas - Desconhecimento das letras
Importância da leitura	- Tudo de bom - Melhoria de conhecimentos	- Ir longe na vida - Assinar documentos - Pegar transporte - Ensinar os netos
Continuidade dos estudos quando estiver em liberdade	- Não - Sim	- Trabalhar para ajudar os filhos - Faltam documentos

Fonte: Elaborado pela autora (2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido observou-se que as dificuldades na leitura esta presente no cotidiano da Educação de Jovens e Adultos das educandas do Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa em Aquiraz/CE.

Através das pesquisas realizadas com as educandas definiu-se como categorias: abandono dos estudos, dificuldades na leitura, importância da leitura e continuidade dos estudos quando estiver em liberdade e como palavras-chave: trabalho, drogas, álcool, companhias ruins, família, falta de condições financeiras, gravidez, casamento, falta de incentivo, tudo de bom, melhoria de conhecimentos, sim e não.

As análises realizadas permitiram que fossem atingidos todos os objetivos da pesquisa. O primeiro deles foi pesquisar os principais aspectos que interferem no processo de aprendizagem da leitura das educandas; que foi confirmado a partir das pesquisas realizadas com as educandas e a identificação de que o trabalho ainda jovem, companhias ruins, falta de documentos foram apontados como justificativa.

O segundo objetivo proposto foi Identificar as principais dificuldades na aprendizagem da leitura relatadas pelas educandas, que também foi confirmado através das respostas ao mencionarem que o desconhecimento das letras do alfabeto e a dificuldade em juntar as sílabas para formar palavras.

Se por um lado algumas educandas demonstram interesse em aprender mais e ganhar autonomia na vida quando tiverem em liberdade, outras, porém frequentam as aulas apenas pela remissão na pena .

A presente pesquisa tencionou contribuir positivamente com as esferas governamentais para a ampliação de novos projetos que visam a redução do analfabetismo principalmente na idade adulta das encarceradas.

Sugere-se a adoção de políticas públicas que venham as incentivar as detentas a continuidade dos estudos quando estiverem em liberdade, ainda que provisória. Reduzindo com isso os índices de analfabetismo no estado e no país de modo geral.

A limitação do tempo para a entrega da monografia, em função dos critérios estabelecidos , bem como a data da entrega, pois cada pesquisa tem suas

próprias particularidades onde o seu desenvolvimento na maioria dos casos é incompatível com o prazo estabelecido.

Destacam-se ainda outras limitações do trabalho:

1. a sua abrangência, que foi limitada as educandas do I segmento da Educação de Jovens e Adultos no Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa em Aquiraz no Estado do Ceará;

2. a dificuldade das entrevistadas com o fornecimento das informações devido ao analfabetismo;

3. a população entrevistada, que poderia ter sido ampliada se não fosse a limitação do tempo para a entrega.

Identificadas as principais limitações do trabalho, serão sugeridas algumas sugestões para futuras pesquisas.

Acredita-se, na necessidade de um trabalho voltado para a conscientização das educandas visando a redução do analfabetismo na idade adulta, principalmente nos cárceres.

A ampliação da pesquisa referente à população entrevistada possibilitará maior confiabilidade nas respostas obtidas. Recomenda-se, ainda, que a pesquisa seja estendida para todo o Nordeste, pois possibilitará melhor análise entre os estados da região no tangente as dificuldades na leitura.

Sugere-se ainda pesquisas quantitativas futuras com as famílias educandas visando confirmar as categorias identificadas nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Lda, 1977.

_____. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Lda, 2010.

BRASIL. Lei nº. 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

Brasília, 1996.

_____. Lei 12.433/2011. **Lei de Execução Penal**. Brasília, 2011.

Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1028221/lei-12433-11>>.

Acesso em: 20 set. 2012.

CANÁRIO, Pedro. **Remissão da Pena**: Nova Lei 12433/11 Muda Forma de Calcular a Remissão da Pena, 2011. Disponível em:

<<http://otaviodequeiroga.blogspot.com.br/2011/07/remissao-da-pena-nova-lei-1243311-muda.html>>. Acesso em: 13 set. 2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLL, C. et. al. **O construtivismo na sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Sociais Municipais 2010**: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio, 2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2019&id_pagina=1>. Acesso em: 20 set. 2012.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Pesquisa revela taxa de analfabetismo no Brasil 2011/2012**, 2012. Disponível em:

<<http://www.pantanalecoturismo.tur.br/NOTICIA-PANTANAL-3516-PESQUISA+REVELA+TAXA+DE+ANALFABETISMO+NO+BRASIL+2011+2012+++CONFIRA+DADOS+DO+MS.htm#ixzz25ELMPRNr>>. Acesso em: 01 set. 2012.

JULIÃO, E. F. **Educação para Jovens e Adultos Privados de Liberdade**: Desafios para a Política de Reinserção Social. Tv Escola Salto para o Futuro. Publicado em Maio, 2007. Disponível em:

<<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/154418Educacaooprisional.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

LEFFA, Vilson J. **O Conceito de Leitura**. In: Aspecto da Leitura: Uma perspectiva Psicolinguística. 1 ed. Porto Alegre: Sagra, 1996.

MATTOS, B. H. O de, et al. **Educação Contextualizada de Jovens e Adultos no Campo no Semiárido Cearense**, 2012. Disponível em:

<http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/210.pdf>. Acesso em 12 set. 2012.

MELO, F. M. de; SANTOS, L. M. dos. **Reflexões Sobre a Educação Escolar no Sistema Prisional**, 2012. Disponível em:

<<http://www.uesb.br/recom/anais/artigos/02/Reflex%C3%B5es%20sobre%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Escolar%20no%20Sistema%20Prisional%20-%20F%C3%A1bio%20Mansano%20de%20Mello%20e%20Leonardo%20Moraes%20dos%20Santos.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2012.

MIZUKAMI, M. da G. N. **Ensino: As Abordagens do Processo**. São Paulo: EPU: 1986.

ONOFRE, Elenice M. Camarosano. **A Educação Escolar Como um dos Pilares Para a Reinserção Social de Pessoas Jovens e Adultas em Privação de Liberdade**, 2012. Disponível em:

<<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT18-5193--Int.pdf>>.

Acesso em: 13 set. 2012.

PRUKS, L. R. **Analfabetismo, Atributo da Pobreza**: Desigualdades Sociais e Regionais, 1990. Disponível em:

<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/T90V03A02.pdf>>. Acesso em 20 set. 2012.

SELLTIZ; JAHODA; DEUTSCH; COOK; **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, 1965.

VASQUEZ; Juliana. **Taxas de alfabetização e escolaridade crescem no CE**.

Jornal Diário do Nordeste, 2008. Disponível em:

<<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=573518>>. Acesso em: 12 set. 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas

ENTREVISTAS COM AS EDUCANDAS DA EJA I SEGMENTO NO INSTITUTO PENAL FEMININO DES.^a AURI MOURA COSTA

1. Idade?
2. Tens filhos? Quantos?
3. Vivia com o pai deles? Quem é o chefe da família?
4. Recebe/participa de algum programa do governo?
5. Local de Moradia (própria, alugada, invadida, doada, herança, pais)
6. Bairro de moradia
7. Qual a sua raça? Qual sua escolaridade?
8. O que te levou a abandonar os estudos?
9. Que dificuldades você encontra no momento da leitura?
10. Qual a importância da leitura para você?
11. Pretende continuar estudando quando estiver em liberdade?
12. O que você fez para estar aqui?
13. Qual a sua pena? (descobrir quanto tempo já cumpriu)

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar como voluntária na pesquisa intitulada Um Estudo das Dificuldades na Leitura com as Educandas da Educação de Jovens e Adultos - EJA do I segmento no Instituto Penal Feminino Des.^a Auri Moura Costa em Aquiraz/CE, desenvolvida por: Fabiene Alves Coutinho aluna da Educação de Jovens e Adultos para professores do Sistema Prisional da Universidade Federal do Ceará.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui ainda informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Aquiraz, _____ / _____ /2012.

Nome da Participante: _____

Assinatura: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

